



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017

O MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, torna público por meio de sua Comissão Permanente de Licitação – CPL instituída pelo Decreto n. 130/2017, para conhecimento dos interessados, que, no recinto da Comissão Permanente de Licitações, localizado na Rua Luiz da Costa Gomes, nº 711, Vila Cidade Nova, neste Município, será realizada, no dia **30 de novembro de 2.017, às 08h00min**, a licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo **“menor preço global”**, execução indireta, sob o regime de empreitada por menor preço global, visando contratação de empresa para prestar os serviços objeto do presente edital, de acordo com o que preconiza a Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, observada a Lei Complementar Federal nº 123 de 14.12.2006, as normas legais aplicáveis e as cláusulas e condições deste ato convocatório.

1. – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa de engenharia para construção de faixas elevadas e lombadas em diversas ruas da cidade de Aquidauana/MS, de acordo com resolução nº 495/2017 do CONTRAN e conforme mapa de locações em anexo ao edital, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com as especificações da planilha orçamentária, conforme consta no Projeto/Memorial Descritivo, Anexo I, parte integrante do presente edital, nos termos do edital e seus anexos.

1.2 - Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- Anexo I – Projeto Completo/Termo de Referência.
- Anexo II – Formulário Padronizado de Proposta;
- Anexo III – Declaração (de conhecimento e aceite a todas as cláusulas e condições do presente Edital, da inexistência de fatos supervenientes e de que disponibilizará todo maquinário, equipamentos e pessoal necessários e essenciais);
- Anexo IV – Declaração nos termos de Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- Anexo V – Modelo de Declaração de Vistoria;
- Anexo VI – Minuta do Contrato.

2. DO PREÇO

2.1 – Estima-se o valor do objeto desta licitação em R\$ 149.383,25 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos). Sendo que propostas com valor total superior ao previsto na presente cláusula serão desclassificadas.

2.2 – Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, transporte de matérias, e qualquer outro custo que esteja sujeito para atendimento ao objeto do presente Edital.

3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 – As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo, sendo que o objeto da presente licitação tem previsão de ser executado durante um período de 180 (cento e oitenta dias) dias, podendo ser parte em 2017 e parte em 2018.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

Secretaria Municipal de Administração

Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

Órgão:	22	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade:	22.01	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Funcional:	04.122.0005	Administração Geral
Projeto/Atividade:	2.019	Manutenção das Atividades do Dpto de Trânsito
Elemento:	4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000	Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Código Reduzido:	000267	

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar desta Tomada de Preços, pessoa jurídica, do ramo pertinente ao objeto da Licitação (vedada à participação de empresas em consórcios ou grupo de firmas), que estiverem regularmente inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Aquidauana, cujo certificado esteja em vigor, assim como os documentos ali elencados, ou que atenderem até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas, junto ao Núcleo de Compras da Prefeitura Municipal (sito à Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000), a todas as condições exigidas para cadastramento que comprovem habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira por meio dos documentos relacionados na Lei 8.666/93 em seus artigos 28, 30 (inciso I) e 31 (incisos I e II), devendo ainda:

- a) Ter atividade pertinente e/ou compatível com o objeto desta licitação;
- b) Atender aos requisitos e exigências constantes deste Edital e seus anexos;

4.2. Não poderão participar da licitação:

4.2.1 - Empresa que tenham sócios que sejam funcionários do município de Aquidauana - MS

4.2.2 - Tenham demonstrado desempenho operacional insatisfatório no fornecimento de produtos anteriormente mantido com o município de Aquidauana - MS, devidamente comprovado, por razões ainda persistentes.

4.2.3 - Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal;

4.2.4 - tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.2.5 - Encontra-se sob falência ou concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.2.6 - Licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresa em consórcio ou consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.2.7 - Tenham sido suspensas do direito de licitar por ato desta Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública;

4.3 – As licitantes poderão ser representadas, no procedimento licitatório, por seu proprietário, diretor(administrador) sócio ou procurador legalmente habilitado, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida até o início da sessão de abertura dos envelopes, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para praticar todos os atos no interesse da mesma junto a quaisquer órgãos públicos.

5 – DO CREDENCIAMENTO



5.1 – O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

5.1.1 - No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação de ato constitutivo, estatuto ou contrato social, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso (cópia autenticada na forma do subitem 7.1).

5.1.2 - Tratando-se de procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular propostas de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

5.1.3 – Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

5.2 - Caso tenha interesse em fazer uso dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06 deverá apresentar Declaração datada e assinada pelo seu representante legal de que se enquadra como Micro-empresa ou Empresa de Pequeno Porte, acompanhada da Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante.

6 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DA HABILITAÇÃO

6.1 - As interessadas em participar da presente TOMADA DE PREÇOS, deverão entregar, impreterivelmente no horário, data e endereço citados no preâmbulo deste Edital, 02(dois) envelopes fechados contendo os Documentos de Habilitação (Envelope n.º 01), e a Proposta de Preços (Envelope n.º 02), **preferencialmente:** ordenados, com todas as folhas numeradas e rubricadas pelo representante legal da empresa, o que poderá ser feito durante a sessão de abertura dos envelopes, na presença dos demais, caso não tenha sido feito previamente, fazendo ainda constar no exterior de cada um dos envelopes o nome ou denominação da licitante e os dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA - MS
NÚCLEO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.
A/C DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2017
ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
FONE:
E-MAIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA - MS
NÚCLEO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.
A/C DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2017
ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
FONE:
E-MAIL



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

Secretaria Municipal de Administração
Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

6.2 – O representante legal da licitante deverá, antes da entrega da documentação e das propostas, identificar-se, apresentando à Comissão Permanente de Licitação - CPL, carteira de Identidade e/ou documento similar com foto.

6.3 – A CPL abrirá, em primeiro lugar, os envelopes relativos à documentação de habilitação. Os membros da CPL e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. A presença de representante não credenciado, na forma deste edital impede que o mesmo se manifeste a respeito de decisões tomadas pela CPL bem como, impede-o de ter acesso aos documentos durante a sessão de abertura dos envelopes de "Documentação" e "Proposta".

6.4 - Não será aceita documentação enviada por fac-símile ou e-mail.

6.5 – Se o licitante for a matriz da empresa, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

6.6 – Se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, salvo a apresentação de documentos que, pela própria natureza, comprovadamente sejam emitidos somente em nome da matriz;

6.7 - Qualquer documento apresentado, que, por sua natureza deva ser expedido por órgão público, sem que conste expressamente seu prazo de validade, considerar-se-á válido por 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão;

6.8 - As certidões apresentadas via "INTERNET", serão tidas como suficientes à perfeita comprovação da habilitação, desde que em vigência.

6.9 - A Comissão Permanente de Licitações (CPL) poderá consultar o Cadastro Geral de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Aquidauana caso o licitante houver deixado de apresentar documento exigido pelo Edital, e se o documento encontrar-se no Cadastro, o Licitante será considerado habilitado caso o documento atenda ao prazo de validade e às condições estabelecidas neste Edital.

6.10 – Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer às exigências deste ato convocatório. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento.

6.11 – Com relação à documentação de regularidade fiscal, sendo a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma deverá apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).

6.11.1 – Sendo a proponente vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte, e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, com termo inicial a partir do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, através da Comissão Permanente de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).

6.11.2 – A não regularização da documentação, no prazo concedido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.1993, sendo facultado à Administração convocar os



licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§ 2º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).

6.12 – O não comparecimento de representante devidamente credenciado na reunião de recebimento de envelopes de Documentação e Proposta de que trata o preâmbulo deste edital não impedirá que ela se realize.

6.13 - A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar esclarecimentos a qualquer dos participantes e, também, promover diligências para elucidar fatos caso a comprovação seja necessária para definir a habilitação ou classificação, e, conforme o caso, abrir prazo de 03 (três) dias úteis, para o recebimento de documento meramente explicativo, destinado a esclarecer dúvida acerca de outro, apresentado tempestivamente na habilitação, sem a quebra dos princípios legais e constitucionais que norteiam o procedimento licitatório vedado à inclusão de documento que necessariamente deveria constar nos envelopes 01(um) e 02(dois).

6.14 - Não havendo tempo suficiente para conclusão dos trabalhos, a CPL poderá, a seu critério, suspender a sessão e designar dia e hora para seu prosseguimento, consignado em Ata, lavrado e assinado pela CPL, pelos representantes das empresas e demais presentes no certame.

6.15 – Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes ao direito de recorrer, a Comissão Permanente de Licitação devolverá, fechados os envelopes de proposta às licitantes inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer como assistentes, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subsequentes.

7 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1 - Os participantes deverão apresentar para a sua habilitação os documentos, em original ou em cópia legível (mediante qualquer processo) autenticadas por tabelião de notas, ou pelos servidores da Prefeitura Municipal de Aquidauana, lotados no Núcleo de Licitações e Contratos e/ou pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, ou aqueles que são publicados em órgão de Imprensa Oficial (Diário Oficial da União ou dos Estados), ou ainda por via Internet.

7.2 – Os servidores mencionados no subitem 7.1 deste Edital, não são obrigados a autenticar os documentos no dia ou durante a realização do certame, visto que os referidos documentos poderão ser autenticados até o dia de expediente na repartição que anteceder a data da abertura da licitação, das 07h30min às 11:00min, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

7.3 – As licitantes deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira por meio dos documentos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, e legislação especial, a saber:

7.3.1 - Habilitação Jurídica (art. 28 da Lei Federal nº 8.666/93):

a) Registro comercial, com cópia da cédula de identidade ou equivalente (CNH, Carteira Profissional, etc) do proprietário, no caso de empresa individual; **ou**



b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações ou a respectiva consolidação, se houverem, devidamente registrado, com cópia da cédula de identidade ou equivalente (CNH, Carteira Profissional, etc) dos sócios em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores com cópia da cédula de identidade ou equivalente (CNH, Carteira Profissional, etc) do(s) administrador(es); **ou ainda**

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício com cópia da cédula de identidade ou equivalente (CNH, Carteira Profissional, etc) dos diretores.

7.3.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista (art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93):

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda **(CNPJ/MF)**;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, com ramo de atividade pertinente e/ou compatível com o objeto licitado;

c) Prova de inscrição, em vigor, no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Aquidauana-MS, ou Certificado expedido pelo Núcleo de Compras de que atendeu as condições exigidas, em correspondência ao subitem 4.1 deste Edital.

d) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pelo Ministério da Fazenda (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil), a qual comprovará, também, a regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Estado), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.

f) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Município), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.

g) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço / FGTS;

h) Certidão Negativa ou Positiva de Débitos Trabalhistas – CNDT, na forma da lei Federal nº 12.440 de 07/07/2011.

7.3.3 – Qualificação Técnica (art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93):

a) Comprovante de registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente (CREA/MS e/ou CAU/MS ou visto das mesmas, no caso de empresas não sediadas no Estado);

b) Comprovação de Vistoria feita por meio de Atestado de Vistoria emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo **ou** de Declaração de Vistoria emitida pela empresa licitante, conforme modelo Anexo V ao Edital, assinada pelo representante legal e/ou responsável técnico da empresa licitante.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

Secretaria Municipal de Administração
Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

b.1. A vistoria poderá ser acompanhada por servidor responsável, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, sendo que o agendamento será efetuado em dia útil, diretamente na Secretaria Municipal de Planejamento Habitação e Urbanismo do Município de Aquidauana/MS, situada à Rua Luiz da Costa Gomes, n.711, Vila Cidade Nova, Aquidauana/MS ou pelo telefone (67) 3240-1438.

b.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para a realização do certame.

b.3. Ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Planejamento Habitação e Urbanismo do Município de Aquidauana/MS no endereço citado na alínea "b-1", para gravação em CD-Rom, DVD, "pen-drive" ou outra forma compatível de armazenamento, fornecido pelo licitante, as informações complementares relativas ao objeto da licitação (projeto completo), para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.3.4 - Qualificação econômico-financeira (art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93):

a) Balanço patrimonial, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da empresa, e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

a.1) Entenda-se por "na forma da lei" o seguinte:

- **Quando S/A**, balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, caput e § 5º, da Lei Federal nº6.404/76);

- **Quando outra forma societária**, balanço acompanhado de cópia do termo de abertura e encerramento do livro Diário do qual foi extraído (art. 5, § 2º do Decreto Lei nº486/69), autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio;

a.2) Sociedades constituídas há menos de 01 (um) ano poderão participar do certame apresentando o balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da empresa;

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.3.4.1 - A composição da boa situação financeira da empresa será verificada por meio do cálculo do índice contábil da empresa a ser entregue, considerando-se habilitadas as licitantes que apresentarem o Índice de Solvência Geral (SG) maior ou igual a 01 (um), extraído da seguinte fórmula:

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

7.3.4.2 - O cálculo do índice de Solvência Geral deve ser apresentado em documento assinado pelo contador e pelo representante legal da empresa licitante.

7.3.4.3 - No caso de o licitante apresentar resultado da SG inferior a 1 (um), o mesmo ainda poderá participar do certame caso apresente documento(s) assinado(s) pelo seu contador e pelo seu representante legal comprovando possuir patrimônio líquido de no mínimo 10% sobre o valor estimado no edital para a contratação.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA
Secretaria Municipal de Administração
Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

7.3.5 – Demais Documentos

- a) Declaração na forma do Anexo III deste Edital;
- b) Declaração nos termos de Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na forma do Anexo IV deste Edital;

7.3.5.1. A ausência das declarações bem como a apresentação destas com teor divergente do exigido no edital acarretará na inabilitação da licitante.

7.3.6 – Os documentos enumerados nos subitens 7.3.1, 7.3.2, e 7.3.4, poderão ser substituídos pelo Certificado de Cadastro Geral de Fornecedores da Prefeitura Municipal de AQUIDAUANA-MS, desde que estejam com seu prazo de validade vigente na data da abertura dos envelopes.

8 – DAS PROPOSTAS E SEU JULGAMENTO

8.1 – Acompanha este ato convocatório, formulário padronizado de proposta, em 01 (uma) via (Anexo II), que a licitante apresentará por meio legível e sem rasuras de que constarão:

- a) Valor Global da proposta, em algarismos indo-arábicos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, com duas casas decimais, no qual deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, compreendendo os impostos, taxas, fretes, alimentação, e todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes da execução do objeto.
- b) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data da abertura das mesmas e o prazo de execução;
- c) Data, identificação (nome, RG e CPF) e assinatura do representante legal da empresa, sob o carimbo do CNPJ/MF;
- d) Razão Social, CNPJ, endereço completo (logradouro, nº, Bairro, Município, UF, CEP), e-mail e telefone de contato.

8.1.1 - O Município poderá enviar as comunicações, notificações ou demais atos formais por meio do e-mail exigido na alínea "d" da cláusula 8.1 do presente edital, onde a contagem de prazo (quando houver) se iniciará no primeiro dia útil posterior ao envio do e-mail.

8.1.2 - A ausência de algumas das informações solicitadas nas alíneas da cláusula 8.1 do presente edital, salvo a alínea "a", poderão ser sanadas, de próprio punho, pelo representante legal da empresa após a abertura das propostas, desde que o mesmo tenha poderes para fazê-lo, bem como pequenos erros de multiplicação ou soma poderão ser corrigidos pela CPL no certame desde que registrado em ata e mantido o valor unitário ofertado e a quantidade prevista no Projeto anexo ao Edital, devendo nesse caso a licitante apresentar novos documentos escoimados dos erros em até 24 (vinte e quatro) horas do encerramento do certame, sob pena de desclassificação.

8.2 – A licitante participante da licitação poderá apresentar proposta formulada em papel timbrado da mesma, nas mesmas características estipuladas no item 8.1 e respectivos textos e fontes semelhantes.



8.3 - Adotar-se-á como critério de aceitabilidade dos preços o **“global”**, desclassificando-se as propostas cujos preços excedam, ou seja, manifestamente inexequíveis (arts. 40, X, e 48, II e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93).

8.4 - A CPL abrirá os envelopes de proposta das licitantes habilitadas, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste ato convocatório.

8.5 - Não serão admitidas propostas ilegíveis, ou com emendas, rasuras e/ou entrelinhas.

8.6 - Será considerada vencedora a proposta que atenda às especificações do objeto e oferte o **menor preço global**.

8.7 - Serão desclassificadas as propostas que alterem, descaracterizem ou desatendam às especificações do objeto, independentemente do preço que ofertem.

8.8 - Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais licitantes, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

8.9 - Considerar-se-á desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

8.10 - Considerar-se-á, também, desclassificada a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa do município de AQUIDAUANA-MS que, para sua viabilização, necessite de vantagem ou subsídios deste poder público.

8.11 - Inclui-se nas vantagens ou subsídios de que trata os subitens anteriores, qualquer tipo de tratamento tributário diferenciado, ainda que em consequência da natureza jurídica do licitante, que comprometa a isonomia fiscal que deve prevalecer entre todos os concorrentes.

8.12 - A licitante poderá solicitar ou oferecer esclarecimentos ao Município por meio de e-mail (licitacao.contratos@gmail.com), que anexará ao envelope de documentação ou ao de proposta, conforme se referir à habilitação preliminar ou à execução do objeto licitado.

8.13 - Não havendo tempo suficiente para conclusão dos trabalhos, a CPL poderá suspender a sessão e designar data e hora para seu prosseguimento, consignado em Ata, lavrada e assinado pela CPL e demais presentes no certame.

9 – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1 - Na presente licitação serão asseguradas, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 da Lei Complementar Federal 123/2006 de 14.12.2006).

9.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada (§ 1º do art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).

9.2 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



9.2.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (inciso I do art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).

9.2.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 9.2.1 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.1.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (inciso II do art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).

9.2.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.1.1 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (inciso III do art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).

9.2.4 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 9.2 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (§ 1º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006), podendo-se inclusive o município exigir a **subcontratação** de Micro empresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro dos limites da Lei Complementar 123/06.

9.2.5 - O disposto na sub-cláusula 9.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§ 2º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).

9.3 – Nos demais casos, havendo empate entre propostas, far-se-á sorteio em ato público, para as quais todas as licitantes serão convocadas, nos termos do Artigo 45, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, em sua atual redação, ou na mesma sessão desde que todos os representantes estejam presentes e haja concordância dos mesmos, respeitando-se o disposto no § 2º do art. 3º do mesmo diploma legal.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Dos atos da Administração praticados na presente licitação, caberá à interposição de recurso administrativo, em conformidade ao que dispõe o art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.2 - Por ocasião da habilitação, abertura e julgamento das propostas, consoante o disposto no art. 43, III da Lei Federal nº 8.666/93, as licitantes presentes, através de seus representantes, poderão renunciar expressamente o direito à interposição dos recursos administrativos previstos no art. 109, I alíneas "a" e "b" da mesma norma, ficando consignado na lavratura da ata de sessão; e

10.3 - Não será objeto de apreciação de mérito o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo legal e/ ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo.

10.4 – O recurso deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação – CPL, por meio do protocolo geral da Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS sito à Rua Luiz da Costa Gomes, n.711, Vila Cidade Nova, Aquidauana/MS, em dias úteis, de Segunda à Sexta-feira das 07:30 às 11:00.



11 – DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 – Findo o prazo recursal a licitante vencedora deverá em até 48 (quarenta e oito) horas, para homologação e posterior contratação, apresentar à CPL por meio do Protocolo Geral do Município, sob pena de inabilitação, o seguinte:

a) Comprovação de regularidade do responsável técnico junto ao órgão competente (CREA/MS ou CAU/MS ou visto deste para profissionais com registro em conselhos de outro Estado), mediante apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Física;

b) Comprovação do licitante de vínculo ou disponibilidade de profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra e/ou serviço de características similar(es), semelhante(s) ou superior(es) ao objeto do presente certame, referente as parcelas de maior relevância, com a devida certidão de acervo técnico.

b.1 - O Atestado de Responsabilidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, deverá conter no mínimo as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo/natureza da obra, localização da obra, período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades e valores.

b.2 – As parcelas de maior relevância referem-se aos 02 (dois) itens distintos, que possuem o maior valor na(s) planilha(s) orçamentária(s) anexa ao edital, podendo ser inabilitadas as licitantes que apresentarem atestados com quantidades inferiores ao aqui previsto.

c) Planilha de Preços e Quantidades (Planilha Orçamentária), devidamente assinada pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico, onde não serão aceitos valores unitários superiores à 10% (dez por cento) da Planilha Orçamentária anexa ao edital, ou manifestadamente inexequíveis, sob pena de inabilitação (Art. 48 Lei 8.666/93);

d) Cronograma físico financeiro, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico;

e) Apresentação do BDI aberto e detalhado, conforme índices composição do BDI anexo ao edital.

11.1.1 Caso a licitante vencedora não apresente a documentação exigida na subcláusula 11.1. do presente edital dentro do prazo o Município a inabilitará do certame e convocará a segunda colocada para apresentar os documentos em até 48 (quarenta e oito) horas, e assim sucessivamente. O Município poderá ainda aplicar as sanções previstas nas alíneas “a)”, “b)”, “c)” e “d)” da subcláusula 13.1 do presente edital à(s) licitante(s) que não apresentar(em) a documentação exigida dentro do prazo.

11.2 - O prazo para a assinatura do instrumento de contrato é de até 03 (três) dias, contados da convocação podendo esta ser feita por meio o e-mail informado na proposta de preços, onde a contagem do prazo se iniciará no primeiro dia útil posterior ao envio do e-mail.

11.3 - Caso a convocada, não comparecer para assinar o Contrato, não aceitar, ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, é facultado ao Município de Aquidauana, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação pertinente,



convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação (art. 64, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93).

11.4 – A responsabilidade pela fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberá ao Gestor do Contrato, que será o Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, bem como ao Fiscal do Contrato que será designado no ato da assinatura do Contrato sendo este assistido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo.

11.5 – A Administração poderá obrigar a contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, incluindo empregados em serviço, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou do material empregado.

11.6 – O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

11.7 – O prazo de vigência do contrato será de 08 (oito) meses, contados à partir da data de sua assinatura, prorrogável mediante justificativa fundamentada aceita pelo município, na forma do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.8 – A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no Projeto.

11.9 – O contratante poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65 e § 1º (Art. 65) da Lei Federal nº 8.666/93.

11.10 – A contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

11.11 – O foro do contrato será o da Comarca de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.

12 – DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 – A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2 – A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93).

13 – DAS SANÇÕES

13.1 - À contratada total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93, a saber:

a) advertência;

b) multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de AQUIDAUANA-MS, por prazo não superior a 02 (dois) anos,



nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço; e

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

14. DO PAGAMENTO

14.1 - Os pagamentos devidos à contratada serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Aquidauana, ou por meio eletrônico, a prazo, em até 30 (trinta) dias, depois de realizadas as medições devidamente atestadas, mediante a apresentação de faturas ou notas fiscais devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato bem como pelo Fiscal do Contrato, sendo que na nota deverão constar nº do processo administrativo, nº da Tomada Preço, nº do Convênio (se for o caso), nº da nota de empenho e/ou nº do contrato, caso a administração receba alguma verba específica para atendimento ao objeto.

14.1.1. - As medições deverão ser atestadas pelo Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato e por servidor habilitado (CREA) o qual auxiliou o Fiscal do Contrato sendo que **nas medições deverão estar anexadas cópias do diário de obras/atividades e o devido relatório fotográfico.**

14.2 - A Nota Fiscal deverá estar ainda acompanhada de toda documentação exigida (para o tipo de objeto da presente licitação) pela Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, nº. 054/2016, de 14 de dezembro de 2016, em conformidade com objeto do Edital.

14.3 - Para pagamento da primeira fatura, a contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente à obra/serviços.

14.4 - Será efetuada a Retenção para a Previdência Social de acordo com a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2.005, capítulos IX e X, bem como do IRRPJ.

14.5 - A contratada em hipótese alguma poderá paralisar os serviços ou deixar de cumprir o cronograma sem a anuência expressa do Município.

14.6 - Caso se faça necessária à retificação de fatura por culpa da contratada, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

14.7 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice IPCA (IBGE), a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

14.8 - Entende-se por atraso o período que exceder o trintídio previsto no subitem 14.1.

14.9 - Ocorrendo atraso na execução por culpa da contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia útil, sobre o valor do serviço em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação, sendo que entende-se por atraso o atendimento que exceder a 5 (cinco) dias o prazo informado pela contratada em sua proposta de preços.



14.10 – Passados 06 (seis) meses da data de publicação do contrato, o seu valor poderá ser recomposto, com base nos preços do SINAPI, ou em prazo inferior, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento ou revisão, aceita pelo Município. Havendo impossibilidade do uso do SINAPI, poderá ser utilizado o IPCA (IBGE) do período.

15 – DA OBTENÇÃO DO EDITAL E DAS INFORMAÇÕES

15.1 - Os interessados poderão obter o edital no site da Prefeitura Municipal de Aquidauana-MS, <http://www.aquidauana.ms.gov.br/?p=licitacoes>, podendo também solicitar o edital além de pedir informações por meio do e-mail licitacao.contratos@gmail.com. Caso o interessado opte em obter o edital com os anexos diretamente no setor responsável, este deverá dirigir-se, em dia útil, ao Núcleo de Licitações e Contratos, situado no Paço Municipal de Aquidauana-MS, rua Luiz da Costa Gomes, nº 711, Vila Cidade Nova, CEP 79.200-000, neste Município.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – O Município de AQUIDAUANA-MS poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Lei Federal 8.666/93.

16.2 - O licitante que não enviar representante ou que o representante não for devidamente credenciado perante a CPL ou cujo documento de credenciamento esteja irregular, ficará impedido de representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes Proposta ou Documentação relativa a esta licitação, inclusive de declarar a intenção de interpor o recurso, sendo que a ausência de representante credenciado em qualquer sessão deste certame será entendida pela CPL como ato irrefutável de desistência da licitante na interposição de recursos dos atos e decisões tomadas na sessão. Mesmo sem representante credenciado a empresa poderá ser classificada habilitada, desde que feita de acordo com o exigido no presente edital, e sua proposta classificada.

16.3 - Não serão admitidas a esta licitação as empresas:

- a) Suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Pública de AQUIDAUANA-MS;
- b) As declaradas inidôneas, vigente a penalidade imposta pela autoridade federal, estadual ou municipal;
- c) Sob regime de falência ou concordata.

16.4 – As impugnações a este ato convocatório, bem como os recursos administrativos, deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitações e protocoladas no Protocolo Geral do Município no endereço descrito no subitem 15.1.

16.5 – A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64, § 3º da Lei Federal 8.666/93.

16.6 – Todas as comunicações referentes a este certame poderão ser feitas por meio do e-mail informado na proposta da licitante, e quando necessária a publicação, esta será feita na imprensa oficial do Município de AQUIDAUANA-MS, e quando for necessário, em atendimento a legislação, as publicações ocorrerão também no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul e/ou no Diário Oficial da União.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

**Secretaria Municipal de Administração
Núcleo de Licitações e Contratos**

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

16.7 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste processo fica eleito o foro da comarca de Aquidauana/MS.

Aquidauana - MS, 09 de novembro de 2.017.

Rogério Dumont Silva Ferreira
Presidente da CPL

Luciano Costa Campelo
Secretário da CPL

Ranulfo Alves de Menezes
Suplente da CPL



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

Secretaria Municipal de Administração

Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

Processo Administrativo nº. 117/2017
Tomada de Preços n. 06/2017
ANEXO I
PROJETO



Processo Administrativo nº 117/2017
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2017
ANEXO II
Formulário Padronizado de Proposta

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA – MS

A/C: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Referência Edital TOMADA DE PREÇOS n.º 06/2017

(Município/UF e data)

Prezados Senhores,

É com satisfação que a empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, sediada à _____, passa às mãos de V. S^a, a nossa proposta para construção de faixas elevadas e lombadas em diversas ruas da cidade de Aquidauana/MS, de acordo com resolução nº 495/2017 do CONTRAN e conforme mapa de locações em anexo ao edital, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com as especificações da planilha orçamentária, conforme consta no Projeto/Memorial Descritivo, Anexo I do edital, de acordo com o Edital TOMADA DE PREÇOS nº 06/2107, do Processo Administrativo nº. 117/2017.

O valor global da proposta é de R\$ _____
(_____)

O prazo de validade da Proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da licitação.

O prazo para iniciar o atendimento aos serviços será de até ____ (_____) horas da Ordem de Serviço (OS).

O e-mail para contato _____

O telefone para contato _____

Os pagamentos e ou créditos devidos pelo Município poderão ser feitos por meio do Banco _____ Agência _____ Conta _____

Declaramos expressamente, que nos preços propostos, estão inclusas todas as despesas concernentes a transportes, mão de obra, encargos sociais, assistência técnica, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes à especialidade e tributos, e tudo o mais necessário à perfeita e cabal execução dos mesmos.

Atenciosamente

(nome e assinatura do responsável legal)

(CPF e RG)



Processo Administrativo nº 117/2017

TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2017

ANEXO III

“MODELO”

DECLARAÇÃO

A empresa _____, estabelecida em _____

(endereço, cidade, estado)

inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, abaixo representado pelo Srº

(a) _____, CPF nº _____, **DECLARA** ao

Município de Aquidauana/MS que é detentor de todas as informações relativas à execução da obra e que conhece, aceita e submete-se à todas as cláusulas e condições expressas no Edital e anexos da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 06/2017 do Município de Aquidauana-MS, originária do Processo Administrativo nº 117/2017, em especial que está de acordo com a cláusula 16.2 do edital, declaramos ainda que inexistem fatos supervenientes que nos impeça de participar de licitações públicas sendo que, caso vença o certame, disponibilizaremos todo maquinário, equipamentos e pessoal necessários e essenciais para execução do objeto do Edital.

Por ser verdade assina a presente para que produza os efeitos legais e de direito.

_____ -MS, _____ de _____ de 2.017

.....
Nome e assinatura do representante da empresa

Carimbo do CNPJ/MF



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

**Secretaria Municipal de Administração
Núcleo de Licitações e Contratos**

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

Processo Administrativo nº 117/2017

TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2017

ANEXO IV

Declaração nos termos de Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ/MF sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF/MF nº....., **DECLARA** ao Município de Aquidauana/MS, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos e trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim ()

Não ()

_____ - MS, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017
ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

O MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA - MS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Luiz da Costa Gomes, nº711, Vila Cidade Nova, Aquidauana - MS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº03.452.299/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. , brasileiro, casado, portador da CI sob o RG nº e inscrito no CPF/MF nº , doravante denominado **Contratante** e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com estabelecimento na _____, Bairro _____, na cidade _____, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato por _____, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador da CI sob o RG nº _____, expedida pela SSP/_____, e inscrito no CPF n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____ Nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, perante o Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato e as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de homologação da **Tomada de Preços nº 06/2017**, e nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 em sua atual redação, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para construção de faixas elevadas e lombadas em diversas ruas da cidade de Aquidauana/MS, de acordo com resolução nº 495/2017 do CONTRAN e conforme mapa de locações em anexo ao edital, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com as especificações da planilha orçamentária, conforme consta no Projeto/Memorial Descritivo, Anexo I, parte integrante do presente edital, nos termos do edital e seus anexos, que farão parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

2.1 - O objeto deste contrato será realizado por execução indireta, nos termos do Edital e anexos da Tomada de Preços nº 06/2017, sob regime de empreitada por preço global, sendo que a(s) ordem(ns) de serviço poderá(ão) ser enviadas no e-mail informado na proposta.

2.2 - A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

2.3 - A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Dá-se a este contrato o valor global de **R\$ _____ (_____)**, para a execução dos serviços previstos na cláusula primeira, e para a totalidade do período mencionado na cláusula quarta.

§ 1º - Os pagamentos devidos à contratada serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Aquidauana, ou por meio eletrônico, a prazo, em até 30 (trinta) dias, depois de realizadas as medições devidamente atestadas, mediante a apresentação de faturas ou notas fiscais devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato bem como pelo Fiscal do Contrato, sendo que na nota deverão constar nº do processo administrativo, nº da



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

Secretaria Municipal de Administração

Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

Tomada Preço, nº do Convênio (se for o caso), nº da nota de empenho e/ou nº do contrato, caso a administração receba alguma verba específica para atendimento ao objeto.

§ 2º - As medições deverão ser atestadas pelo Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato e por servidor habilitado (CREA) o qual auxiliou o Fiscal do Contrato sendo que **nas medições deverão estar anexadas cópias do diário de obras e o devido relatório fotográfico.**

§ 3º - A Nota Fiscal deverá estar acompanhada de toda documentação exigida pela Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, nº. 054/2016, de 14 de dezembro de 2016, em conformidade com objeto do Edital.

§ 4º - Para pagamento da primeira fatura, a contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente à obra/serviços.

§ 5º - O critério de reajuste dos preços contratados será com base no Inciso XI do Art. 40, da Lei Federal n.º 8.666/93, em sua atual redação, e no mesmo percentual e data dos reajustes determinados pelo órgão competente do Governo Federal, ou conforme previsto no edital, ou da variação efetiva do custo da produção e preços atuais de mercado local ou regional, mediante pesquisa de preços, ou ainda na variação mensal do IPCA (IBGE).

§ 6º - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice IPCA (IBGE), a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

§ 7º - O preço contratado compreende todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que sujeito.

§ 8º - Caso se faça necessária a retificação de fatura por culpa da Contratada, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato é 08 (oito) meses, contados da sua assinatura até ____/____/_____.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo interesse da Administração, o presente Contrato poderá ser prorrogado e/ou aditado nos casos previstos na legislação pertinente e/ou havendo saldo remanescente quanto ao objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESPESA: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, utilizando-se dos seguintes recursos financeiros:

Órgão:	22	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade:	22.01	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Funcional:	04.122.0005	Administração Geral
Projeto/Atividade:	2.019	Manutenção das Atividades do Dpto de Trânsito
Elemento:	4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0000	Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Código Reduzido:	000267	

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES: Cabe ao Contratante, a seu critério e através dos Gestores do Contrato, exercer ampla, irrestrita e permanente



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA
Secretaria Municipal de Administração
Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

fiscalização de todas as fases de cumprimento do presente contrato, e, a Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo contratante.

§ 1º - A Contratada assume, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros.

§ 2º - Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado de notificação administrativa à Contratada, sob pena multa.

§ 3º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, securitária, ou indenizações civis decorrentes de acidente de trânsito durante a execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 4º - O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 5º - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 em sua atual redação, garantia previa e ampla defesa em processo administrativo.

§ 6º - O valor das multas corresponderá a gravidade da infração, até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, em cada caso.

§ 7º - As multas previstas nesta cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 8º - A Contratada assume, como exclusivamente sua, a responsabilidade em informar ao Contratante quaisquer reparos que se fizerem necessários para a conclusão dos serviços e que não estejam previstos no presente contrato, o informe deverá estar acompanhado de sugestão para correção do problema com o devido orçamento em anexo, a fim de que o Contratante tome as providências que julgar necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO: A rescisão do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – judicial, nos termos da legislação;

§ 1º - A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

**Secretaria Municipal de Administração
Núcleo de Licitações e Contratos**

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

CLÁUSULA OITAVA - Fica o presente contrato para todos os efeitos de Direitos, vinculado ao **Edital de Licitação – Tomada de Preços nº 06/2017 e seus anexos**, nos termos do Inciso XI do Art. 55 da Lei Federal n.º 8.666/93, em sua atual redação.

CLÁUSULA NONA - Os casos omissos neste instrumento, por ocasião da execução do objeto, serão aplicáveis a Legislação, pertinente a espécie, nos termos do inciso XII do Art. 55 da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação.

CLÁUSULA DÉCIMA - Compete a Contratada manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Departamento de Contabilidade deste Município comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, nos termos do § 3º do Art. 55 da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO: Dentro do prazo regulamentar, o Contratante providenciará a publicação em resumo, do presente contrato, no Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura Municipal de Aquidauana – MS, bem como no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul e/ou no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS: Constituirá encargos exclusivos da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: Fica designado como Gestor do Contrato o Sr. _____ Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos o qual designará servidor para exercer a Função de Fiscal do Contrato. O Fiscal do Contrato, no exercício de sua função, será assistido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo por meio da disponibilização de servidor habilitado, com registro no CREA/MS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO: O foro do presente contrato será o da Comarca da cidade de Aquidauana-MS, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado firmam o presente termo, com 3 (três) vias de igual teor, as partes contratantes e duas testemunhas que a tudo assistiram.

Aquidauana-MS, --- de ----- de 2.017.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Gestor do Contrato

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

Secretaria Municipal de Administração

Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

Processo administrativo nº 117/2017

Tomada de Preços nº 06/2017

ANEXO V

“Modelo Sugerido de Declaração”

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A empresa (Razão Social), estabelecida à (rua, número, bairro, CEP, município/UF) inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, abaixo representado pelo Sr. (a) _____, DECLARA ao Município de Aquidauana/MS que vistoriou o local onde será realizada a obra objeto da Tomada de Preços nº 06/2017 e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.

Por ser verdade assina a presente para que produza os efeitos legais e de direito.

Município/UF, data

.....
Nome, CPF, RG, CREA/CAU e assinatura
Representante (Representante legal da empresa e/ou responsável técnico)
Carimbo do CNPJ/MF